

São Paulo, 15 de agosto de 2023.

Carta de um trabalhador do CPS

Em 17 de novembro de 2022, o recém-eleito governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, anunciou o Projeto de Lei nº 592/2022 cujo objetivo foi o aumento de seu próprio salário e de seus secretários. A medida aprovada na ALESP doze dias depois, resultou num impacto de 1,5 bilhões de reais aos cofres públicos estaduais. Segundo os dados apontados pelo G1 o reajuste de 50% foi mais que o dobro da inflação registrado no período citado por Tarcísio. De janeiro de 2019 a 28 de novembro de 2022, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado foi de 25,63%.

Na ocasião, questionado sobre o aumento de seu próprio salário e do alto escalão do funcionalismo público, Tarcísio afirmou: *“A gente tem que ter muita responsabilidade, porque quando você fala em aumento do salário do governador dali sai a baliza para o teto do funcionalismo. Então, no final das contas, isso impacta uma série de carreiras e impede que uma série de profissionais tenham aumento real. Então, isso tem que ser avaliado com responsabilidade, eu entendo que isso é necessário, mas a gente tem que contemplar a questão do espaço para fazer os ajustes que a gente tem que fazer também nas carreiras de entrada”*.

Contraditoriamente, nove meses depois, perguntado no programa Flow sobre uma possível “dor de cabeça” em relação às Etecs e Fatecs, Tarcísio afirmou: *“acho que é um patrimônio que o estado de São Paulo tem, que é o CPS, é óbvio que a gente quer valorizar mais, o problema é que qual o cenário que a gente encontra: o pior possível porque é de um número de servidores públicos muito elevado, muito envelhecido e ganhando muito pouco e é muito grande, ou seja, qualquer aumentozinho que você dá, o impacto é gigantesco. [...] Se você pegar a folha de pagamento da Fundação Casa, custa 1 bi por ano, e se você der um aumentozinho às vezes vai gerar 1% na sua relação com a sua receita corrente líquida. Então, por exemplo, a gente deu um aumento de 6% para todo o servidor do estado de São Paulo, acabou de dar, entrou agora [...]. Um aumento de 6% com uma inflação de 3,9%. Eu dei um aumento maior do*

que a inflação. Gostaria de dar mais? Gostaria, mas o problema que no momento que hoje, eu não consigo. Se eu não tomar uma medida de reorganização do serviço público de São Paulo a gente vai chegar daqui a pouco no limite “prudencial” de despesa com pessoal, e o que quebra um estado é a despesa de pessoal”.

Incrivelmente, em 12 de junho de 2023, o governador sancionou o aumento de 20,2% para as carreiras da Segurança Pública do estado. Segundo ele: *“Estamos extremamente comprometidos com a segurança pública. Temos que aproveitar o que temos de mais valioso, que é o nosso profissional. Se nós proporcionarmos tecnologia e infraestrutura e se valorizarmos as corporações, eu não tenho dúvida: nós vamos vencer a guerra da segurança pública e garantir a paz para o cidadão”.* A medida adotada foi significativamente superior à inflação acumulada entre abril de 2022 e março de 2023, cujo IPCA registrado no período foi de 4,65%.

A pergunta que fica sobre a análise dos aumentos concedidos – sobretudo, a ele e ao alto escalão do funcionalismo público – sob justificativa que ao balizar o teto do governador permitiria a abertura de “espaço” para todo o funcionalismo, inclusive para as carreiras de entrada, qual o impacto real aos cofres públicos? Quer dizer, qual o impacto real para os mais mal pagos do estado já que, segundo justificativas dele próprio, o “aumentozinho” de 1% na Fundação Casa, por exemplo, teria um impacto 1,1 bilhões anual? Sendo que seu auto aumento teve um impacto de 1,5 bilhões? Creio que temos um problema matemático gravíssimo, uma vez que, o aumento de 1% na Fundação Casa renderia 400 milhões de economia em relação ao aumento do teto do governador. Ademais, sua pseudopreocupação sobre o “aumentozinho” dos baixos salários sob a justificativa de uma categoria “enorme”, “envelhecida” e que “ganha mal”, revelam outra contradição quando comparada ao aumento da segurança pública já que custou 2,5 bilhões em 2023.

Suas contradições não param por aí. No Flow, Tarcísio deixou claro que precisava realizar cortes no orçamento, pois somente assim, poderia reorganizar e melhorar as condições salariais do funcionalismo. O que isto significa? O prelúdio de uma Reforma Administrativa. No entanto, a redução de investimentos em educação já se fez antes. Em abril deste ano, Tarcísio anunciou uma PEC estadual que diminuiria o gasto de 30% com educação para 25%, transferindo

os 5% da educação para a saúde. Ora, o “excedente” de 5% demonstra total incoerência uma vez que, a poucos dias, o Secretário da Educação Renato Feder, anunciou a recusa pelo uso do PNLD em substituição à produção de materiais próprios, inclusive, justificando que alunos poderiam imprimir estes materiais nas escolas. Bom, para todos que trabalham no chão da escola sabem muito bem que não há impressoras, *tonners* e papel suficientes para provas ou atividades. Agora, com menor repasse para a educação adquirimos maior gasto? Outro problema matemático. Afinal, já que temos 5% “a mais” no orçamento, por que nossas escolas estão com infiltração? Por que muitas das nossas escolas sequer tem quadra? Por que nossas escolas possuem materiais e laboratórios ultrapassados? Qual a razão disso governador?

Outro detalhe: o que explica o avanço das escolas cívico-militares no estado? Em julho deste ano, o governo federal iniciou o processo de extinção da política de fomento das escolas cívico-militares criadas por Jair Bolsonaro em 2019. Em nota, o MEC pronunciou que atualmente existem 202 escolas, totalizando cerca de 120 mil alunos. Porém, cerca de 102 destas escolas alocam a maior parte de seus recursos para pagamento de militares, o que totaliza quase 98 milhões. O MEC sinalizou que *“os investimentos robustos para manter [militares da reserva] nas escolas públicas de ensino fundamental e médio em atividades de assessoria e suporte parecem debochar da escassez de recursos que as redes de ensino conseguem mobilizar para o pagamento de seu próprio pessoal”*. Tal custo pode ser verificado quando em 2020, mais da metade do orçamento para este formato de escola foi destinado a cerca de 1 mil oficiais da reserva que receberam 30% de gratificação por atuarem como gestores destas instituições. O valor total foi de 28 milhões somente para pagamento destes oficiais, ou seja, mais da metade dos 54 milhões destinadas as estas unidades.

Em contramão às orientações e aos estudos realizados pelo MEC, o governador Tarcísio anunciou a criação de escolas-cívico militares paulistas. Questionado no Flow se estas não seriam mais caras que as escolas estaduais, afirmou: *“os militares de reserva são convocados, entram como prestadores de tarefa por tempo determinado certo, então eles têm um valor adicional ao salário enquanto eles atuam o tempo certo, então àquilo não gera “calda” previdenciária [...] e isto gera resultado na performance [...] é muito barato, tudo depende da*

escala que você for adotar, pois você tem três, quatro [oficiais da reserva], afinal, quantos agentes de organização escolar você tem aqui?”.

Vamos então novamente aos números. Em uma notícia publicada pelo Estadão em 2018, *“cada aluno de colégio militar custa ao País três vezes mais do que quem estuda em escola pública regular. São R\$ 19 mil por estudante, por ano, gastos pelo Exército nas 13 escolas existentes – que têm piscinas, laboratórios de robótica e professores com salários que passam dos R\$ 10 mil. O setor público investe, em média, R\$ 6 mil por estudante do ensino básico anualmente. Se todos os alunos de 11 a 17 anos estivessem matriculados em instituições militares, seriam necessários R\$ 320 bilhões por ano, o triplo do orçamento do Ministério da Educação (MEC)”*. Então, governador Tarcísio, tem certeza de que isto não custa caro?

E quanto à performance, quais os resultados? Segundo dados do Inep em 2017, os Institutos Federais, por exemplo, tiveram o desempenho de 557 pontos e as escolas ligadas aos militares, tiveram 524,6. Já as estaduais, tiveram em média 498,9 num total de 3.578 escolas avaliadas. Sendo que 356 escolas estaduais, tiveram resultados superiores às escolas militares. Portanto, adotar escolas cívico-militares que possuem custo três vezes mais alto, com uso de oficiais de reserva que recebem salários mais altos que profissionais da educação, com “performance” em geral mais baixa que escolas não militares, qual o sentido disso? Se compararmos a lista das 100 melhores escolas estaduais brasileiras, de acordo com o resultado do ENEM 2019, temos a seguinte situação: 5 escolas estaduais militares (nenhuma em São Paulo) tiveram a média 602,1. Já as Etecs totalizaram 61 no ranking, tendo como média 619,93.

Adicionalmente, os mais recentes golpes: o que levou o governador solicitar junto ao TCE-SP a suspensão pelo pagamento dos adicionais de tempo de serviço a todos os servidores do estado durante a pandemia? Segundo a justificativa de Tarcísio era que isso teria um impacto de 630 milhões nos cofres paulistas. Entretanto, mantém o contrato com a Multilaser que entre 2021 e 2022 recebeu 192 milhões do estado; já em 14 de agosto publica no Diário Oficial de São Paulo a compra de 200 milhões de livros digitais, sem licitação, totalizando o gasto de R\$ 15,21 milhões de reais. Por outro, anuncia a criação de “escolas técnicas paulistas” a serem ofertadas aos alunos das escolas estaduais,

pertencentes à Secretaria da Educação (Seduc), o que possivelmente será destinada à contratação de empresas privadas ou por outros meios que nem sequer foram até o momento esclarecidos.

Vejam, as contradições apontadas e os descaminhos realizados até o momento por Tarcísio, permitem dizer que além de defender ideologicamente uma escola militarizada e com objetivos claramente privados, o supracitado governador deveria ter a consciência de que São Paulo está entre os dez estados que mais mal pagam seus professores!

Diante de tantos impropérios, quais são as reais intenções do governador Tarcísio para a Educação e para todo o funcionalismo público? O que percebemos é que estamos diante de um verdadeiro desmonte cujo alvo é a população. As Escolas e Faculdades de Tecnologia possuem um percurso histórico longo em nosso estado. Sua fundação remonta o final da década de 1960 e, atualmente, está presente em 363 municípios distribuídas entre 228 Etecs e 77 Fatecs, totalizando 316 mil alunos matriculados. Em 2021, foi reconhecida como Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT) e se consolidou como a maior rede de educação profissional pública da América Latina. Isto posto governador, precisamos de uma resposta sobre todos os ataques à população paulista. Somos trabalhadores, por isso, merecemos respeito, reconhecimento e dignidade.